



30^º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 2 – O advocacy de cada dia

Modalidade: resumo expandido

Ações políticas do CFB: em destaque a 19ª gestão

CFB's political performance: highlights from the 19th term

Fabio Lima Cordeiro – Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Embrapa / Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

Cristian José Oliveira Santos Brayner – Câmara dos Deputados

Resumo: O trabalho objetiva descrever as ações políticas realizadas pelo Sistema CFB/CRB, voltadas para a defesa dos interesses sociais afeitos à biblioteconomia, em direção a uma sociedade igualitária, democrática e justa. Assim, são apresentadas as ações empreendidas pela 19ª gestão (2022-2024), pautadas nas competências inerentes ao órgão, estabelecidas em legislação própria. Destacam-se as seguintes ações: audiências públicas; homenagens às bibliotecárias brasileiras em atuação; Sessões Solenes na Câmara dos Deputados; submissão de Proposta na Plataforma Brasil.

Palavras-chave: Conselho Federal de Biblioteconomia. Ações políticas. Regulamentação da profissão. Bibliotecário. Biblioteconomia brasileira.

Abstract: This paper aims to describe the CFB/CRB System political performance, aimed at defending the social interests of librarianship, towards an egalitarian, democratic and fair society. There are presented the actions undertaken by the 19th term of the Federal Council of Librarianship (2022-2024), based on the competences inherent to the body, established in its own legislation. The following actions stand out: public hearings; tributes to Brazilian librarians; Solemn Sessions in the Chamber of Deputies; submission of the Brazil Platform Proposal.

Keywords: Federal Council of Librarianship. Political performance. Professional regulation. Librarian. Brazilian librarianship.

1 INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) é uma autarquia de natureza especial, criado em decorrência da regulamentação da profissão do bibliotecário no Brasil, após o sancionamento da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e que junto aos 14 (quatorze) Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) compõe o Sistema CFB/CRB. O CFB desempenha a função de ser órgão central do sistema que, de forma integrada, coordena e orienta os CRB, estabelecer normas e diretrizes gerais para a profissão, zela pela mesma e pela fiscalização do exercício profissional daqueles que nela atuam.

Composto por um colegiado de 15 membros efetivos, sendo metade profissionais que atuam no mercado de trabalho e metade professores das Escolas de Biblioteconomia, o Plenário é o órgão deliberativo máximo do CFB, e atua em matérias de natureza legal, normativa, disciplinar, regimental, eleitoral, orçamentária, financeira, atuando em caráter originário e recursal. Os membros do Plenário designados pelo título de Conselheiros Federais, todos brasileiros natos ou naturalizados, bacharéis em Biblioteconomia, em dia com o seu registro no Conselho Regional de sua jurisdição. O mandato é trienal, e cada período é denominado por seu número ordinal seguido da expressão gestão, de forma que hoje, o grupo de conselheiros federais eleitos e sorteados para atuar no CFB nos anos de 2022 a 2024 são intitulados de 19ª Gestão.

As competências inerentes ao CFB estão dispostas tanto no art. 15 da Lei nº 4.084, quanto no art. 27 do Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a referida lei. Em relação ao Decreto, estabelece-se ainda que “CFB tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional, na forma deste Regulamento, bem como contribuir para o desenvolvimento biblioteconômico no País”. Nessa seara, o CFB, empreende ações políticas, buscando defender interesses sociais afeitos à biblioteconomia, em direção a uma sociedade igualitária, democrática e justa.

Assim, dentre o leque de competências inerentes ao órgão, destacam-se duas em que se vislumbra a previsão das ações políticas aqui tratadas:

- II - promover estudos e campanhas em prol do desenvolvimento biblioteconômico do País;
- [...]

XII - propor ao Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a legislação referente ao exercício da profissão de Bibliotecário (Brasil, 1962;1965).

Importante registrar que a competência de atuação política do CFB remonta sua própria origem. Foi na década de 1960 que a articulação e o empenho de bibliotecárias como Laura Gracia Moreno Russo, Lydia de Queiróz Sambaqui, dentre outras, que com persistência e coragem, trabalharam em prol da regulamentação da profissão e da criação do CFB (Côrte et al., 2015, p.27). Em seguida, em meio a um ambiente político de Estado ditatorial, mediante protelação e resistência de setores governamentais, conquistou-se em 1965 a sanção do Decreto nº 56.725 (Souza, 2015, p. 73). Outros resultados marcantes da atuação política do CFB foram a promulgação da Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que apresenta dispositivos complementares ao exercício da profissão de Bibliotecário, durante a 11ª Gestão, sob a liderança da bibliotecária Zeneide de Souza Pantoja, e da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispões sobre a universalização das bibliotecas escolares, durante a 15ª Gestão, que teve como presidente e articuladora a bibliotecária Nêmora Arlindo Rodrigues.

Nessa direção, todas as Gestões do CFB, de uma maneira ou de outra, realizaram importantes feitos no contexto político de defesa da profissão e valorização do profissional.

Esse trabalho objetiva descrever ações políticas realizadas pelo CFB no âmbito do Sistema CFB/CRB, voltadas para a defesa dos interesses sociais afeitos à biblioteconomia, em direção a uma sociedade igualitária, democrática e justa. Dessa forma, apresentar-se-á nesse trabalho, algumas das principais ações políticas realizadas pela 19ª Gestão do CFB nos anos de 2022 a 2023.

2 AÇÕES POLÍTICAS DA 19ª GESTÃO DO CFB

A política representa um espaço de liberdade e diversidade, onde as pessoas se unem para construir um mundo compartilhado. Cada cidadão possui o direito de desempenhar suas atividades políticas, orientando-se ideologicamente para tomar decisões que beneficiem um grupo em busca de objetivos comuns. A participação política é fundamental para a democracia, pois possibilita que todos os envolvidos

contribuam para decisões que resultem em políticas públicas alinhadas aos seus interesses e valores (Cabral, 2024; Avritzer, 2006).

Nesse contexto, as ações políticas do CFB são aquelas orientadas para interagir no cenário político favoravelmente em prol da categoria dos profissionais ligados à biblioteconomia. Foram escolhidas 4 ações políticas ocorridas nos anos de 2022 e 2023 que são descritas a seguir.

2.1 Audiência Pública da Câmara dos Deputados (28 de Novembro de 2022)

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou a Audiência Pública “Debate à efetivação de Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei 12.244/2010)”, ocorrida no dia 28 de novembro de 2022, nas dependências da Câmara dos Deputados, contando com a representação do CFB, especialistas, lideranças sociais e políticas. Foi disponibilizado o Auditório 170-C do Anexo II, com capacidade aproximada de 70 pessoas. O evento ocorreu no período das 9:30 h às 12 horas, com transmissão ao vivo e gravação pela TV Câmara. A mesa de debates, que operou em formato síncrono e misto, funcionou em articulação à vários componentes da mesa e da audiência, sob inscrição. Este evento, em específico, demarca o lançamento da Campanha #SouBibliotecaEscolar na capital federal do Brasil.

2.2 Homenagem às Bibliotecárias na Biblioteca Nacional de Brasília (28 de Novembro de 2022)

A Premiação das Bibliotecárias Brasileiras ocorreu numa noite de gala, na qual a celebração pelos 60 anos de promulgação da Lei de Regulamentação da profissão bibliotecária foi acompanhada de confraternização. Foi promovida pelo CFB, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), nas dependências do auditório da Biblioteca Nacional de Brasília Leonel de Moura Brizola (BNB), no dia 28 de novembro, no período das 19 às 22 horas.

O CFB dimensionou uma homenagem especial às Bibliotecárias brasileiras, no ano em que a Lei de Regulamentação da Biblioteconomia, Lei nº 4084, completou 60 anos. Como exemplificado no perfil profissional da Biblioteconomia, os indicadores do exercício profissional demonstram que, apesar de ser uma profissão desenvolvida

predominantemente por mulheres, elas são menos contempladas em premiações, cargos em chefia, lideranças ou eletivos.

A escolha das homenageadas pelo Plenário se deu mediante nomes de ao menos 3 bibliotecárias por Região do Brasil, indicadas pelos conselheiros federais das respectivas regiões. Para cada candidata foi apresentado o seu currículo e a sua contribuição para a profissão. As contempladas com as homenagens especiais foram reconhecidas por seus pares, como extremos destaques em suas regiões, enfrentando as condições adversas de nosso conturbado momento histórico. Foram elas:

- Eliana Terra Barbosa (CRB-6/657) – Região Sudeste (ES);
- Fernanda Melchionna e Silva (CRB-10/1813) – Atuação Nacional (RS);
- Katty Anne de Souza Nunes (CRB-11/826) – Região Norte (AM);
- Rejane Maria Rosa Ribeiro (CRB-5/695) – Região Nordeste (BA);
- Salete Cecília de Souza (CRB-14/507) – Região Sul (SC);
- Waldineia Ribeiro de Almeida (CRB-1/2979) – Região Centro-Oeste (MT).

Cada uma expressou seu contentamento e agradecimento pelo reconhecimento em seu discurso de recebimento do prêmio.

2.3 Sessão Solene da Câmara dos Deputados (29 de Novembro de 2022)

A Sessão Solene da Câmara dos Deputados em “Comemoração aos 60 anos de regulamentação da profissão da Bibliotecária e do Bibliotecário no Brasil”, ocorreu no dia 29 de novembro de 2022, das 11 às 12 horas, nas dependências do Auditório “Ulisses Guimarães. A Sessão foi requerida pelas Deputadas Federais Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e Erika Kokay (PT/DF). Além das deputadas, a mesa de abertura foi composta pelo Presidente do CFB, Fábio Lima Cordeiro; a Vice-Presidente do CFB, Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira; a Representante da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), Aldinar Martins Bottentuit; do Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), Jorge Moisés Kroll Prado.

Na abertura da Sessão, foi exibida produção fílmica do CFB, contemplando a identificação da legislação homenageada, da organização geográfica do Sistema CFB/CRB. Rememorando as origens e lutas da Biblioteconomia no Brasil, a Bibliotecária Laura Russo, idealizadora e defensora da promulgação da Lei nº 4.084, fundadora da

FEBAB e também primeira presidente do CFB, foi a primeira homenageada no vídeo institucional. Também foram contempladas outras importantes lideranças, como Adelpha Menezes de Figueiredo, Edson Nery da Fonseca, Zilá Mamede e Manuel Bastos Tigre.

Além das falas das deputadas responsáveis pela Sessão Solene, também houve representações da classe política, como o Deputado Federal Marcelo Freixo (PSB/RJ) e a Deputada Federal Bia Kicis (PL/DF), que defendeu a liberdade de ideias, pensamentos, opinião e expressão, que pode ser potencializado pela leitura pública e a presença de pessoas bibliotecárias atuando em sociedade. O Presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira (PP/AL), enviou mensagem comovida à mesa da sessão, na qual expressou a importância da pessoa Bibliotecária na organização e preservação social do conhecimento. A Deputada Federal Erika Kokay procedeu a leitura de uma carta encaminhada à mesa pela Secretaria da Mulher da Câmara Federal, órgão que representa a bancada feminina da casa, que tem um total de 91 parlamentares, se dirigindo às bibliotecárias brasileiras, manifestando apoio, congratulações e esperanças renovadas de um país mais justo e diverso. A carta estava assinada pela Deputadas Federais Celina Leão (PP/DF), coordenadora da Bancada, e Tereza Nelma (PSD/AL).

O Presidente Fábio Lima Cordeiro, ao explicar que a profissão de bibliotecário possui um perfil feminino no Brasil, cedeu sua fala à Vice-Presidente do CRB, a Bibliotecária, docente e pesquisadora Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, para que uma voz feminina representasse a profissão em seu 60º aniversário de regulamentação. A fala da Vice-Presidente tratou sobre a profissão, a missão social e as barreiras superadas ao longo das 6 décadas da legislação em vigor. Todos os discursos, partindo do Sistema CFB/CRB, mencionaram a Campanha *#SouBibliotecaEscolar* e a relação entre a atividade profissional e a Educação, assim como o direito dos cidadãos brasileiros à formação e informação. Aldinar Bottentuit, conselheira federal representando a ABECIN, conjugou o verbo “esperançar”, tomado de Paulo Freire. Fazendo uso da palavra, o Presidente da FEBAB, Jorge Prado, relatou que das 69 profissões regulamentadas no país, apenas a Biblioteconomia tem direta conexão com a atividade educacional no Brasil.

2.4 Proposta Plataforma Brasil - A biblioteca escolar como equipamento cultural para a educação informacional e midiática (14 de Julho de 2023)

Proposta submetida na Plataforma Brasil, uma ação do Governo Federal (Brasil Participativo (www.gov.br/brasilparticipativo), por meio Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) e do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), onde foi aberto um espaço para que a sociedade pudesse contribuir com a criação e melhoria das políticas públicas. Desse modo, o CFB elaborou uma proposta contemplando eixos temáticos que pudessem subsidiar a discussão sobre pontos essenciais para educação brasileira nos níveis fundamental e médio e seu compromisso com a formação de qualidade de estudantes das instituições de educação formal do Brasil: Eixo 1 – educação e informação; Eixo 2 - informação como direito fundamental; Eixo 3 – biblioteca enquanto equipamento cultural para cidadania.

2.5 Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Mensal)

A troca de experiências entre conselhos federais de fiscalização profissional é muito importante para a sustentabilidade das profissões regulamentadas. Ciente disso, o CFB integra o Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, que conta com 31 conselhos legalmente constituídos, e tem a finalidade de discutir e deliberar sobre assuntos institucionais de interesse geral das profissões regulamentadas no Brasil.

Os objetivos do Fórum são reunir os conselhos federais integrantes para, sob a forma de Plenário, debater sobre matérias de interesse comum, de parte ou de uma das profissões por eles representadas. Além disso, busca-se o apontamento de soluções, a adoção de providências e a busca por encaminhamento - quando necessário - às matérias debatidas e decididas.

O Fórum se reúne mensalmente, na última terça-feira útil do mês, na sede do Conselho Federal que o coordenar. Atualmente o Fórum é coordenado pelo Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Aécio Dantas.

Em 2022 e 2023 o CFB participou de 18 reuniões do Fórum. Entre as pautas de maior relevância que foram discutidas estão a atividade docente de profissionais não registrados em conselho de classe, a falta de exigência de registro profissional em diversos concursos públicos, inclusive com a promoção de cargos que não exigem formação específica de nível superior, mas que possuem descrição de exercício

profissional de profissão regulamentada e os desafios do ensino à distância na graduação de profissões regulamentadas. A participação nesse Fórum é de grande importância para a imagem da profissão, que amplia nossa visibilidade perante as demais profissões regulamentadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CFB atua como representante dos bibliotecários em fóruns nacionais de diversas instâncias, defendendo os interesses da categoria. Ainda que suas ações políticas levem tempo para apresentar resultados palpáveis para a comunidade bibliotecária, é a sua continuidade e persistência que garante o respeito em meio a um ambiente de precarização das profissões. Há uma preocupação real do CFB em muitos contextos, como falta de reconhecimento, condições de trabalho inadequadas e redução de investimentos em bibliotecas. Atuar politicamente é essencial para enfrentar e mitigar esses desafios.

Das ações citadas neste trabalho, vê-se que a 19ª Gestão tem dado continuidade, com o apoio dos CRB, em ações políticas de valorização da profissão, da promoção da regulamentação adequada da profissão e a implementação de políticas públicas favoráveis, bem como campanhas de conscientização sobre a importância das bibliotecas e dos bibliotecários.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. **Lua Nova**, n. 68, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000300006>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago 1965, Seção 1, p. 8.621. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/479318/publicacao/15642553>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 1962, Seção 1, p. 7.149. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

CABRAL, J. F. P. A definição de ação social de Max Weber. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-definicao-acao-social-max-weber.htm>.

Acesso em: 4 ago. 2024.

CÔRTE, A. R. e et al. (org). **Bibliotecário 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil: 1965-2015**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352p.

SOUZA, F. das C. de. 50 anos de evolução do ensino de biblioteconomia no Brasil [1965-2015]. In: CÔRTE, A. R. e et al. (org). **Bibliotecário 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil: 1965-2015**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352p.